

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO/RS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

TIAGO GOETZ PAULI

POTENCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DO
COOPERATIVISMO: PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS DE UMA COOPERATIVA
NA REGIÃO MISSIONEIRA

CERRO LARGO
2022

TIAGO GOETZ PAULI

**POTENCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DO
COOPERATIVISMO: PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS DE UMA COOPERATIVA
NA REGIÃO MISSIONEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Medianeira Mariotti Fernandes.

CERRO LARGO

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Pauli, Tiago Goetz
POTENCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DO
COOPERATIVISMO:: POTENCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR A PARTIR DO COOPERATIVISMO: / Tiago Goetz
Pauli. -- 2022.
57 f.

Orientadora: Denise Medianeira Mariotti Fernandes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Bacharelado em Administração, Cerro Largo, RS, 2022.

1. Agricultura familiar. 2. Cooperativismo. I.
Fernandes, Denise Medianeira Mariotti, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TIAGO GOETZ PAULI

**POTENCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DO
COOPERATIVISMO: PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS DE UMA COOPERATIVA NA
REGIÃO MISSIONEIRA**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul – *campus* Cerro Largo como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Este Trabalho de Curso foi defendido e aprovado pela banca em:
22/03/2022.

BANCA EXAMINADORA:

p. 

Prof^ª. Dr^ª. Denise Medianeira Mariotti Fernandes – UFFS
Orientadora

p. 

Prof. Dr. Ari Söthe – UFFS
Avaliador(a)

p. 

Prof. Dr. Carlos Eduardo Ruschel Anes – UFFS
Avaliador(a)

RESUMO

A pesquisa realizada procurou analisar a influência do cooperativismo no desenvolvimento da agricultura familiar na percepção dos agricultores associados a uma cooperativa na região Missioneira. Os referenciais teóricos utilizados foram a agricultura familiar, conceitos e perspectivas, a evolução histórica das cooperativas e a comercialização de produtos da agricultura familiar por meio do PAA e do PNAE. Referente à metodologia, é um estudo qualitativo, com a utilização de dados primários, que foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturada, realizada a 16 agricultores familiares associados a uma cooperativa na região Missioneira. Quanto aos resultados encontrados pela pesquisa, percebeu-se que a grande maioria dos agricultores familiares possuem mais de 50 anos, e em quase metade das propriedades não há perspectiva de sucessão familiar. Além disso, percebeu-se que a cooperativa possui grande influência na comercialização dos produtos da agricultura familiar através dos programas, trazendo vários benefícios, como a garantia de entrega, e o aumento de renda para os produtores. As principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares foram referentes à problemas de fiscalização, concorrência de outros produtores e a falta de incentivos para a produção. Os programas poderiam contemplar mais produtores se houvesse mais interesse por parte dos agricultores e se recebessem mais incentivos por parte das entidades locais. Todos os entrevistados afirmaram que a cooperativa fez com que ficassem mais fortalecidos, sendo a maneira mais facilitada dos agricultores acessarem os programas. Verificou-se que a cooperativa procura fazer com que seus associados entreguem seus produtos, tendo grande contribuição na permanência da comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, aumentando a visibilidade dos agricultores e seus produtos.

Palavras chave: Agricultura familiar. Cooperativismo.

ABSTRACT

The research carried out sought to analyze the influence of cooperativism on the development of family agriculture in the perception of farmers associated with a cooperative in the Missioneira region. The theoretical references used were family farming, concepts and perspectives, the historical evolution of cooperatives and the commercialization of family farming products through the PAA and PNAE. Regarding the methodology, it is a qualitative study, using primary data, which were obtained through semi-structured interviews, carried out with 16 family farmers associated with a cooperative in the Missioneira region. As for the results found by the research, it was noticed that the vast majority of family farmers are over 50 years old, and in almost half of the properties there is no prospect of family succession. In addition, it was noticed that the cooperative has great influence on the commercialization of family farming products through the programs, bringing several benefits, such as guaranteed delivery, and increased income for producers. The main difficulties faced by family farmers were related to inspection problems, competition from other producers and the lack of incentives for production. The programs could include more producers if there was more interest from farmers and if they received more incentives from local entities. All interviewees stated that the cooperative made them stronger, being the easiest way for farmers to access the programs. It was found that the cooperative seeks to make its members deliver their products, having a great contribution to the permanence of the commercialization of products from family farming, increasing the visibility of farmers and their products.

Keywords: Family farming. Cooperativism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Estrutura para análise dos dados da pesquisa	25.
Quadro 2- Alimentos que são produzidos e comercializados pelos agricultores familiares entrevistados	30.
Quadro 3- Quais outros produtos são produzidos que não são entregues na cooperativa	31.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Gênero dos entrevistados	27.
Gráfico 2-	Idade dos entrevistados	28.
Gráfico 3-	Perspectiva de sucessão familiar na propriedade dos entrevistados.	29.
Gráfico 4-	Motivação da não comercialização dos outros produtos através da cooperativa	33.
Gráfico 5-	Motivações para a adesão aos programas de entrega de produtos através da cooperativa	34.
Gráfico 6-	Benefícios que os programas trouxeram para os entrevistados	35.
Gráfico 7-	Dificuldades encontradas para aderir aos programas de comercialização dos produtos	36.
Gráfico 8-	Diferenças no modo de produção dos entrevistados	38.
Gráfico 9-	Oportunidades que os programas trouxeram para a agricultura familiar	39.
Gráfico 10-	Como os programas poderiam contemplar mais agricultores	40.
Gráfico 11-	Percepção dos entrevistados se os programas fizeram com que o agricultor familiar ficasse mais fortalecido individualmente e em comunidade	42.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Participação da agricultura familiar no valor total da produção, por estados no ano de 2017	17.
Tabela 2- Dados referentes a aquisição da agricultura familiar para alimentação escolar nos anos de 2015 à 2017	22.
Tabela 3- Escolaridade e tipo de propriedade dos agricultores familiares entrevistados	29.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
CEASA	Centrais Estaduais de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPERG	Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Roque Gonzales
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DIPOA	Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA/SAF/CGMA	Sistema de Gerenciamento Garantia Safra
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCE	Organização Cooperativa Estadual
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA.....	13
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivo geral.....	13
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS E PERSPECTIVAS	16
2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS COOPERATIVAS	18
2.3 COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR MEIO DO PAA E DO PNAE	20
3 METODOLOGIA.....	23
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	23
3.2 UNIVERSO DA PESQUISA.....	23
3.3 COLETA DE DADOS	24
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	24
3.5 ASPECTOS ÉTICOS	26
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	27
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES QUE COMERCIALIZAM SEUS PRODUTOS ATRAVÉS DO PNAE E/OU PAA.....	27
4.2 IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS PAA E PNAE NA COOPERATIVA E BENEFÍCIOS PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES.....	30
4.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PRODUTORES PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ATRAVÉS DA COOPERATIVA.....	36
4.4 OPORTUNIDADES EXISTENTES PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ATRAVÉS DA COOPERATIVA.....	38

4.5 PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES A RESPEITO DO PNAE E DA PARTICIPAÇÃO DA COOPERATIVA.....	43
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICE A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	52
APÊNDICE B – Roteiro da entrevista que será aplicada aos agricultores familiares:	55

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um importante meio de se produzir bens de qualidade, saudáveis e de maneira sustentável. Além da produção para consumo próprio, há a venda de excedentes, geração de empregos e renda para uma grande parcela da população do meio rural, com significativa participação na economia do país (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2004).

De acordo com o Censo Agropecuário 2017 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, havia cerca de 3,9 milhões de propriedades rurais caracterizadas como agricultura familiar no Brasil (IBGE, 2017). No Rio Grande do Sul, neste mesmo ano havia cerca de 294 mil propriedades que se caracterizavam como agricultura familiar (IBGE, 2017). Nos municípios que integram o Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE Missões, segundo Sistema de Gerenciamento Garantia Safra (MDA/SAF/CGMA), em 2015 havia 21.807 propriedades de agricultura familiar (MDA/SAF/CGMA, 2015).

Segundo a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, para se enquadrar como agricultura familiar, o proprietário não pode possuir área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família; ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas da sua propriedade; dirigir a propriedade com a família (BRASIL, 2006). Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG (2021), a agricultura familiar é responsável pelo desenvolvimento local, preocupando-se com a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, preservando as tradições e os costumes locais.

Devido a vários fatores, entre eles, padrões de qualidade, logística, normativas dos produtos, entre outros, há dificuldades por parte dos produtores em conseguir distribuir seus produtos de maneira eficaz. Assim, as cooperativas surgem como meio para ajudar a agricultura familiar, recebendo, armazenando e disponibilizando os produtos dos produtores para os clientes finais, trazendo benefícios para ambas as partes (BALEM, 2016).

Surge, então, o sistema cooperativista como opção para os produtores familiares que podem optar por se associar para que sua produção seja comercializada de maneira mais eficiente. As cooperativas podem permitir aos produtores expandir e diversificar a sua produção, possibilitando também a melhoria de sua infraestrutura e dos métodos de produção.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (2021) uma cooperativa começa quando pessoas se juntam em torno de um mesmo objetivo, em uma organização onde todos são donos do próprio negócio. Segundo esta perspectiva, é comum os agricultores familiares se associarem em cooperativas, pois elas ajudam no desenvolvimento de seus associados, fazendo com que consigam se manter no mercado, trazendo benefícios para a comunidade local e regional.

Segundo Moraes e Schwab (2019), os produtores enfrentam as complexidades em suas propriedades que envolvem fatores econômicos, políticos, legais, sociais, naturais, competitivos e tecnológicos. Algumas das principais dificuldades da agricultura familiar são a sucessão familiar, produção em pequena escala, falta de tecnologia e assistência técnica, normativas e padrões de qualidade, entre outros.

Uma das maneiras encontradas pelo governo para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar foi a implantação de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 2009, que visam o desenvolvimento da educação alimentar e nutricional nas escolas, a participação de agricultores familiares como fornecedores de alimentos, propiciando o desenvolvimento local e sustentável das comunidades (BRASIL, 2021).

Diante desses aspectos, surge o presente projeto, que pretende preencher essa lacuna científica, que não permite até o momento a compreensão a respeito do cooperativismo ser um potencializador do desenvolvimento da agricultura familiar, através da comercialização de seus produtos pelos programas PAA e PNAE.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

Qual a influência do cooperativismo na potencialização do desenvolvimento da agricultura familiar na percepção dos agricultores associados a uma cooperativa na região Missioneira?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Verificar a influência do cooperativismo na potencialização do desenvolvimento da agricultura familiar na percepção dos agricultores associados a uma cooperativa da região Missioneira.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Analisar os benefícios que os programas PAA e PNAE trazem para os agricultores familiares.
- b) Descrever as dificuldades encontradas pelos agricultores na produção de alimentos para aderir ao PAA e/ou PNAE.
- c) Descrever a relação entre desenvolvimento da agricultura familiar, e as ações de apoio aos cooperados de uma cooperativa na região das Missões, conforme percepção dos agricultores familiares.

1.3 JUSTIFICATIVA

A agricultura familiar tem experimentado várias mudanças nos últimos anos, como incentivos nessa área provenientes por programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que, segundo o Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996, tem a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (BRASIL, 1996).

Segundo Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003), algumas das mudanças na agricultura familiar foram os incentivos que os produtores receberam para investir e produzir, a disponibilização de recursos, como capital e tecnologia, que determinaram o potencial de produção, o acesso aos mercados, insumos, informações e serviços.

Para Anjos *et al* (2020), os agricultores familiares enfrentam dificuldades para distribuir a sua produção de forma eficiente, como a falta de certificação e a falta de meio de transporte próprio, entre outros. Além disso, há a necessidade da construção de uma estratégia para a comercialização de seus produtos, pois o acesso a mercados envolve diferentes elementos da cadeia produtiva como produção, beneficiamento e comercialização (ANJOS *et al*, 2020). Para resolver esse problema, em alguns casos, ocorreu a formação de agroindústrias familiares, que fortaleceram e desenvolveram o

modo de produção, permitindo manter-se no mercado. Em outros casos, as cooperativas surgiram como uma alternativa para a armazenagem, beneficiamento e comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, numa relação em que ambos têm benefícios.

A escolha do tema se deu pelo fato da sua grande importância para a região, onde a agricultura familiar é muito abrangente. É também de grande importância para os agricultores familiares e cooperativas, pois traz dados que influenciam positivamente no desenvolvimento de suas relações.

O tema tem importância devido ao processo de desenvolvimento da região ter sido influenciado pela agricultura familiar. Devido às dificuldades que os produtores enfrentam, ocorre a associação, através da prática cooperativista, na tentativa de melhorar a situação atual, em uma relação em que ambos têm vantagens. Possui relevância ao compreender como o cooperativismo é importante e suas contribuições para os produtores.

O estudo possui importância para os acadêmicos do curso de administração, pois vai ao encontro dos objetivos do curso, que tem formação voltada aos pequenos empreendimentos e o cooperativismo. O tema permite associar a teoria abordada com a realidade da própria localidade em que reside. A motivação para a elaboração deste projeto foi o fato de o acadêmico pertencer a uma família de agricultores familiares, e estar associado na cooperativa que será objeto de estudo.

Além das razões e motivações expostas, se destaca a realização de uma busca no Google Acadêmico com as palavras “Cooperativa de agricultura familiar na Região Missioneira”, com artigos a partir de 2019, resultando em seis artigos, porém que se restringem a caracterização da agricultura familiar da região. Dessa forma, o assunto tem importância por ser pouco estudado, foi identificado o tema para o trabalho de conclusão de curso e uma oportunidade de ampliar conhecimentos sobre essa temática a partir da investigação que verificou a influência regional da cooperativa na venda, por meio do PAA e PNAE, de produtos oriundos da agricultura familiar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico serão abordados elementos da literatura sobre os seguintes itens: agricultura familiar, conceitos e perspectivas, evolução histórica das cooperativas e comercialização de produtos da agricultura familiar por meio do PAA e PNAE.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS E PERSPECTIVAS

Até a década de 1980, a agricultura familiar não era considerada relevante para o desenvolvimento rural. Usava-se expressões como “pequenos produtores” para descrever esta categoria, que estava destinada a ser eliminada, dando lugar a empresas agropecuárias, num processo de modernização capitalista (SCHIMITZ; MOTA, 2008).

A expressão “agricultura familiar” surgiu no contexto brasileiro a partir de 1990, devido à ocorrência de dois fatos com impacto social e político para o meio rural. O primeiro, referente a adoção da expressão como uma nova categoria pelos movimentos sociais do campo, conduzido pelo sindicalismo rural através da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). O segundo, referente a criação do PRONAF em 1996, que buscou minimizar as pressões do movimento sindical rural na década de 1990 através do fornecimento de crédito agrícola (SCHNEIDER, 2003).

Para Schneider (2003), são três os elementos necessários para a definição da agricultura familiar. O primeiro é referente a forma de uso do trabalho. As unidades familiares utilizam a força de trabalho dos membros da família de forma predominante. O segundo elemento, tem relação com os obstáculos naturais, por se tratar de uma atividade ainda dependente de fatores naturais como clima, solo, ou equilíbrio dos ecossistemas. O terceiro tem relação com o ambiente social e econômico, constituído por instituições que exercem influência sobre as decisões individuais e familiares, por meio de crédito, financiamento, acesso a mercados de produtos, acesso a informações e inovações, entre outros.

Para Carvalho et al (2021), os agricultores familiares são ao mesmo tempo proprietários dos meios de produção, e assumem o trabalho no estabelecimento produtivo. A agricultura familiar para o Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (2019), é a principal responsável pela produção dos alimentos consumidos pela população brasileira, sendo o setor que se destaca pela produção de milho, mandioca, leite, gado de corte, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, fruticulturas e hortaliças, entre outros, sendo a diversidade produtiva uma de suas características principais.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar emprega 67% de todo o pessoal ocupado na agropecuária do país, cerca de 10,1 milhões de pessoas. Desses produtores, 81% são do sexo masculino e 19% são do sexo feminino. Além disso, ocupa também 80,9 milhões de hectares, que corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país, com valor da produção de 107 bilhões, equivalente a 23% de toda a produção agropecuária (IBGE, 2021). Essa porcentagem varia consideravelmente em cada Estado, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Participação da agricultura familiar no valor total da produção, por estados – ano de 2017

Estado	(%)	Estado	(%)	Estado	(%)
Rondônia	37,94%	Ceará	39,66%	Rio de Janeiro	42,33%
Acre	52,37%	Rio Grande do Norte	29,68%	São Paulo	10,80%
Amazonas	67,35%	Paraíba	47,81%	Paraná	27,39%
Roraima	32,94%	Pernambuco	37,28%	Santa Catarina	50,68%
Pará	38,65%	Alagoas	27,48%	Rio Grande do Sul	37,36%
Amapá	57,14%	Sergipe	51,07%	Mato Grosso do Sul	5,99%
Tocantins	16,94%	Bahia	24,57%	Mato Grosso	6,45%
Maranhão	25,69%	Minas Gerais	24,98%	Goiás	10,44%
Piauí	21,30%	Espírito Santo	38,58%	Distrito Federal	14,28%

Fonte: adaptado de IBGE (2021).

Apesar disso, para Schneider (2003), a agricultura familiar ainda enfrenta algumas dificuldades como pouca disponibilidade de terra, dificuldade de modernização tecnológica, que restringem sua capacidade de concorrência, provocando uma redução na renda. Esses elementos obrigam os agricultores a buscar atividades complementares ou a abandonar o campo.

Além disso, a agricultura familiar enfrenta dificuldades como falta de certificação e normatização de seus produtos, preços pagos pelos produtos, irregularidade da produção e volume da produção (ANJOS et al, 2020).

Nesse sentido, a agricultura familiar deve ser valorizada e ter políticas públicas voltadas para a sua ascensão, por ser uma das principais formas de produção agrícola em diversas regiões do Brasil, sendo uma estratégia de desenvolvimento econômico, social, cultural e sustentável (CARVALHO et al, 2021).

2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS COOPERATIVAS

A primeira cooperativa foi fundada em 1844, a Sociedade dos Probos de Rochdale, na Inglaterra, durante a Revolução Industrial, quando 28 operários sentiram a necessidade de se reunirem para comprar produtos a preços mais baixos e em maior quantidade, cooperando entre si para o benefício de todos, frente a dura realidade capitalista existente na época (SICOOB, 2021).

No Brasil, a primeira cooperativa foi fundada em 1889, em Minas Gerais, a Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto - focada no consumo de produtos agrícolas (OCB, 2021). Em 1969 passa a ter sua própria representação com a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2021). Dois anos depois, é criada a lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, regulamentando o sistema cooperativista e apresentando suas características e objetivos: “sociedades de pessoas, sem objetivo de lucro, com forma e natureza jurídica próprias, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (BRASIL, 1971, Art. 4).

Porém, essa lei restringia a autonomia dos associados, interferindo na constituição, funcionamento e fiscalização do empreendimento cooperativo (GAWLAK; TURRA, 2007). Esse problema foi resolvido com a Constituição de 1988, que retirou a interferência do Estado, proporcionando às cooperativas o poder de autogestão (OCB, 2021).

As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade e solidariedade, além de valorizar a honestidade, transparência, responsabilidade social e sustentabilidade (GAWLAK; TURRA, 2007).

Segundo a OCB (2021), os sete princípios do cooperativismo, que servem de base para as cooperativas em todo o mundo, que são as mesmas desde que foi fundada a primeira cooperativa, em 1844, são:

- Adesão livre e voluntária: qualquer pessoa pode se associar na cooperativa, desde que esteja de acordo com seus objetivos e seja um cooperado fiel e com responsabilidade.
- Gestão democrática: a gestão é realizada por todos os seus membros, que participam na formulação de suas políticas e na tomada de decisões, definindo as prioridades da cooperativa.
- Participação econômica dos associados: na cooperativa, os membros contribuem equitativamente para o capital da organização, mediante quotas. Parte do montante fica com a cooperativa e os membros recebem remuneração de acordo com o capital integralizado. Os excedentes da cooperativa são destinados para outras ações aprovadas pelos membros, muitas vezes em prol da comunidade ou para o desenvolvimento da própria cooperativa.
- Autonomia e independência: a administração nas cooperativas é feita de acordo com os interesses de seus membros, que definem as prioridades da mesma.
- Educação, formação e informação: são promovidos a educação e a formação e qualificação de seus associados, diretores, conselheiros, para que possam contribuir para o desenvolvimento cultural e profissional, dos lugares onde estão presentes.
- Intercooperação: as cooperativas devem se ajudar, buscando o crescimento econômico, cultural e social dos associados e dos envolvidos, com o objetivo de sempre se juntar em torno de um bem comum.
- Interesse pela comunidade: as cooperativas devem trazer contribuições para o desenvolvimento da comunidade local, desde a geração de empregos, serviços e sustentabilidade, por meio de políticas aprovadas entre os associados.

Em 2020, havia cerca de três milhões de cooperativas em todo o mundo, com um total de 1,2 bilhões de associados (OCERGS, 2021). Segundo OCB (2021), em 2020 havia 4.868 cooperativas com registro ativo no Brasil, com um total de 17,2 milhões de cooperados. No Rio Grande do Sul, em 2020 haviam 455 cooperativas com mais de três milhões de associados (SESCOOP, 2021).

A representação do sistema cooperativo no nível internacional é feita pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que tem como objetivos o desenvolvimento das instituições nacionais; suporte e orientação às cooperativas. No nível nacional, pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que tem como funções o registro de novas cooperativas; manter relações entre órgãos cooperativos do país e exterior; exercer representação sindical, entre outros. A nível estadual, a representação é feita pela OCE - Organização Cooperativa Estadual (PINHO, 2004).

Nesse contexto, surge o pequeno produtor rural, que se associa em cooperativas de agricultura familiar para fortalecer sua atividade produtiva, garantindo mais visibilidade do seu produto, incentivo e motivação dos outros associados, entre outros benefícios. As cooperativas de comercialização de produtos da agricultura familiar prestam serviços exclusivos aos seus associados, que sozinhos teriam dificuldades com a falta de incentivo e recursos (CIELLO, 2019).

2.3 COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR MEIO DO PAA E DO PNAE

O PNAE foi o primeiro programa na área de alimentação, criado em 1954, e formalizado em 1955 pelo Decreto nº 37.106/55, com coordenação do FNDE (FERNANDES; KESSLER, 2019). As diretrizes do PNAE foram atualizadas com a Lei nº 11.947, de junho de 2009, definindo que 30% do valor repassado pelo PNAE deve ser utilizado para compra de produtos da agricultura familiar, buscando estimular o seu desenvolvimento econômico e sustentável (FNDE, 2021).

Para o FNDE (2021), o PNAE oferece alimentação escolar, além de educação alimentar e nutricional para estudantes de todas as fases da educação básica pública. O repasse é feito a estados, municípios e escolas federais, em dez parcelas mensais, ao longo dos 200 dias letivos, conforme o número de matriculados na rede de ensino.

Para os agricultores familiares, esses programas significaram a conquista de vários benefícios, entre os quais a abertura do mercado para os alimentos produzidos e valorização da produção desses alimentos, além da geração de emprego e renda (FERNANDES; KESSLER, 2019). Além disso, verificou-se que:

[...] o Programa apresentou êxitos inquestionáveis ao propiciar oportunidades aos agricultores familiares e alimentação nutritiva, especialmente in natura, aos estudantes da educação básica. Outrossim, importa destacar a relevante contribuição do PNAE no que

tange ao desenvolvimento regional, uma vez que as aquisições são realizadas, por meio de licitação, tendo como fornecedores agricultores familiares do próprio município e/ou região (FERNANDES; KESSLER, 2019, p. 08).

Segundo a Emater (2020), os potenciais fornecedores se habilitam de maneira formal, com a participação de cooperativas pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica, informalmente, participando de grupos de agricultores que possuem DAP Física e bloco do produtor, ou como fornecedor individual, possuidor da DAP Física e bloco de produtor. Os critérios para aprovação são a localidade, prioridade para produção orgânica e tipos de fornecedores (formal, informal e individual) (EMATER, 2020).

A implantação PNAE nas escolas é de grande importância, pois garante aos estudantes da educação básica uma alimentação gratuita, saudável e nutritiva ao longo do ano letivo. Além disso, promove a inclusão social, permanência dos alunos na escola e melhoria da qualidade de alimentação e nutrição dos estudantes (COSTA, 2015).

Já a lei 10.696, de 02 de julho de 2003, referente ao PAA, tem por objetivos: incentivar a agricultura familiar e o consumo de seus produtos, acesso a alimentação de qualidade, apoiar a formação de estoques públicos através de cooperativas ou outras organizações de agricultores familiares e fortalecer as redes de comercialização locais e regionais (CONAB, 2018). Além disso, o PAA:

Tem por objetivo criar demanda institucional capaz de estruturar a produção dos agricultores familiares, por meio de garantia de mercado. Sendo que os problemas relacionados à carência de políticas públicas estruturadas para a agricultura familiar podem ser considerados as principais motivações para a concepção do PAA, que pesou tanto na decisão política de criar o programa, como na formulação inicial dos seus instrumentos (SAMBUICHI et al, 2019, p.13).

O PAA possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para isso, o programa adquire alimentos produzidos pela agricultura familiar, sem licitação, e destina a pessoas com insegurança alimentar e nutricional e as que recebem assistência social, além da rede pública de ensino (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

Para Gazolla e Schneider (2004), esses programas propiciam um processo de geração de renda crescente aos agricultores familiares, garantindo um canal alternativo de inserção no mercado, sem ser a produção de grãos e proporcionando uma valorização da produção de alimentos.

Uma das principais inovações do PAA foi a criação de mecanismos que permitem o acesso dos agricultores familiares aos instrumentos da política agrícola de preços e de abastecimento, o que viria a complementar a atuação do Pronaf no fomento a esse segmento produtivo (SAMBUICHI et al, 2019).

Os agricultores que fazem a comercialização de seus produtos através desses programas, geralmente já possuem experiências anteriores, possuindo o conhecimento necessário para a produção de alimentos como mandioca, batata, salame, queijo, produtos que faziam parte da cultura alimentar e culinária local, antes produzidos somente para consumo próprio (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2004).

Tabela 2: Dados referentes a aquisição da agricultura familiar para alimentação escolar nos anos de 2015 à 2017

Ano	Valor transferido	Valor aquisições agricultura familiar	Percentual
2015	R\$ 72.482.848,80	R\$ 1.852.023,42	16,00%
2016	R\$ 49.883.618,49	R\$ 11.405.393,28	22,86%
2017	R\$ 77.562.129,20	R\$ 17.055.171,09	21,99%

Fonte: (FNDE, 2021).

A Tabela 2 apresenta os valores das compras de produtos da agricultura familiar nos anos de 2015 à 2017. Percebe-se que os valores repassados ainda estão distantes dos 30% estipulados, demonstrando que a agricultura familiar ainda tem muito espaço no mercado para se desenvolver. O PAA e o PNAE representam atualmente um avanço para a agricultura familiar no sentido de buscar estratégias de inclusão social e econômica dos agricultores (BALEM, 2016).

3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os aspectos metodológicos que foram utilizados para a realização do projeto de pesquisa, mostrando detalhadamente o processo de concepção da pesquisa, tendo em vista o modo como os dados foram coletados e analisados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa, quanto aos objetivos propostos, é classificada como descritiva. Segundo Gil (2008), as pesquisas deste tipo procuram descrever as características de uma população ou fenômeno, ou estabelecer relação entre variáveis. Enquadra-se como descritiva pois foi realizada uma descrição da influência do cooperativismo na potencialização do desenvolvimento da agricultura familiar, a partir da percepção dos agricultores associados a uma cooperativa da região das Missões.

Quanto à abordagem do problema da pesquisa, este estudo é qualitativo, pois apresenta fenômenos que geram influência das cooperativas no desenvolvimento da agricultura familiar, compreendendo, de maneira profunda essa questão, a partir da visão dos agricultores entrevistados. Pesquisas qualitativas possuem como características uma amostra com pequeno número de casos, com coleta de dados não estruturada, buscando uma compreensão mais profunda do assunto (MALHOTRA, 2012).

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo estudado nesta pesquisa foi composto por agricultores familiares, associados à Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Roque Gonzales, a COOPERG, que estão cadastrados no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, que comercializam seus produtos por intermédio da cooperativa, além de possuir a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF - (DAP) para realização de sua comercialização no PNAE e PAA.

3.3 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado aos associados da Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Roque Gonzales, a COOPERG. Assim, foi aplicado junto aos associados que estão cadastrados no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e/ou Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, que comercializam seus produtos por intermédio da cooperativa, fornecendo alimentos que são repassados para as escolas.

Na cooperativa em questão, a COOPERG, há 209 associados, dos quais 20 participam de forma mais atuante na distribuição de alimentos através do PNAE e/ou PAA, sendo, então, estes últimos o objeto de estudo deste trabalho. Dos 20 associados, 16 participaram da pesquisa, em três não foi possível entrar em contato e um não aceitou participar da pesquisa.

A coleta de dados da pesquisa foi obtida por meio de dados primários. A principal característica dos dados primários é que eles são originados pelo pesquisador para o problema específico do estudo (MALHOTRA, 2012). O instrumento utilizado para a realização da coleta de dados foi um roteiro de entrevista semiestruturado adaptado de Silva (2013) conforme Apêndice A. O roteiro busca descrever a percepção dos agricultores quanto às contribuições das cooperativas e do cooperativismo para o desenvolvimento da agricultura familiar, com perguntas abertas que permitem ao entrevistado flexibilidade para responder.

O roteiro de entrevista está organizado em duas partes, com a primeira abordando o perfil dos respondentes e a segunda buscando identificar os meios de produção e as contribuições do cooperativismo para o desenvolvimento da agricultura familiar. As entrevistas foram realizadas em períodos diurnos, de dezembro a início de fevereiro, por agendamento, com duração de aproximadamente uma hora. O acadêmico pertence à comunidade em questão, o que facilita a obtenção dos dados devido à proximidade com os participantes da pesquisa.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Segundo Marconi e Lakatos (2003), na análise de dados o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados oriundos do trabalho acadêmico, procurando conseguir respostas às suas indagações. Nesse sentido, para que não ocorra a perda de dados importantes, foi solicitada a permissão para a gravação da entrevista aos participantes, por meio de aparelho celular com gravador, e a análise dos dados ocorreu mediante a transcrição das entrevistas dos sujeitos da pesquisa, utilizando o aplicativo *OpenOffice Writer*, seguido da análise dos dados.

Para análise dos dados, houve a definição de categorias para análise de dados. Conforme mencionado por Bardin (1977), porque, assim, é possível estruturar os dados de forma sistemática e pode-se contribuir com a construção do conhecimento sobre o tema estudado. As categorias de análise são os benefícios do PNAE e/ou PAA, dificuldades encontradas e influência do cooperativismo.

Quadro 1 - Estrutura para análise dos dados da pesquisa.

Categorias	Descrição	Objetivos específicos
Benefícios do PNAE e/ou PAA	A conquista de vários benefícios, entre os quais a abertura do mercado para os alimentos produzidos e valorização da produção desses alimentos, além da geração de emprego e renda (FERNANDES; KESSLER, 2019).	Analisar os benefícios que os programas trazem aos agricultores familiares.
Dificuldades encontradas	A agricultura familiar enfrenta dificuldades como falta de certificação e normatização de seus produtos, preços pagos pelos produtos, irregularidade da produção e volume da produção (ANJOS et al, 2020).	Descobrir dificuldades encontradas pelos agricultores na produção de alimentos.
Influência do cooperativismo	As cooperativas de comercialização de produtos da agricultura familiar prestam serviços exclusivos aos seus associados, que sozinhos teriam dificuldades com a falta de incentivo e recursos (CIELLO, 2019).	Verificar a influência do cooperativismo na percepção dos agricultores familiares.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Cabe esclarecer que, com base nesta organização e através da definição das referidas categorias, foi possível alinhar a coleta de dados, assim como a análise, em consonância com os objetivos específicos da pesquisa.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

O trabalho foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul, garantindo a dignidade dos envolvidos com padrões éticos. Para assegurar a integridade dos participantes, foi preenchido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que está no (Apêndice A).

Todas as pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à análise de um Comitê de Ética em Pesquisa, ficando por responsabilidade da instituição onde se realizam as pesquisas a constituição do mesmo. Para atender esses requisitos, o presente trabalho foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo/RS, para que a pesquisa fosse avaliada, com o intuito de não causar nenhum dano aos respondentes, proporcionando segurança para o pesquisador e entrevistados.

Os convidados para a realização das entrevistas receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou TCLE (Apêndice A), explicando o objetivo do estudo, bem como os benefícios e riscos que a pesquisa poderá ocasionar ao respondente. Dessa forma, o convidado esteve livre para aprovar ou não a sua participação na pesquisa e sem nenhuma forma de penalização.

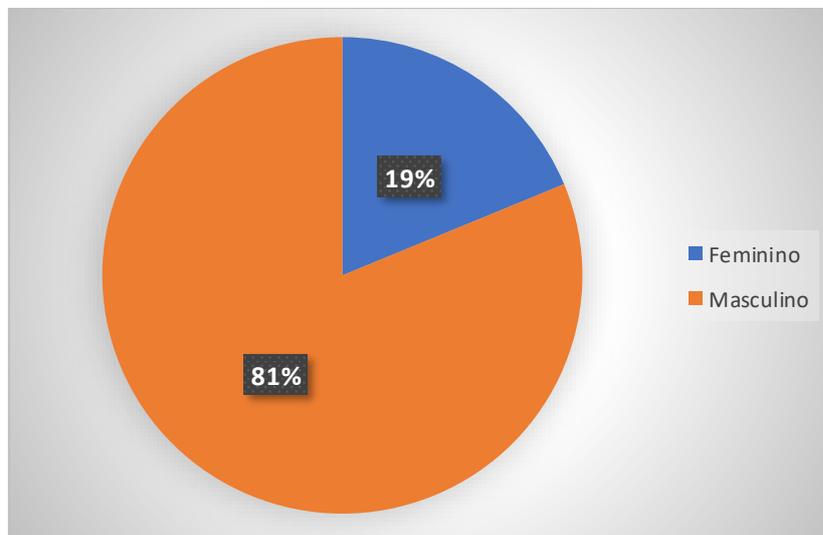
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos e análises pertinentes à pesquisa. A primeira seção apresentada trata da caracterização dos agricultores. A segunda seção mostra o início dos programas e os benefícios que esses programas trouxeram para os agricultores familiares. A terceira seção trata das dificuldades encontradas pelos agricultores na produção de alimentos. A quarta seção aborda as oportunidades existentes para a comercialização dos produtos através da cooperativa. E por fim, a quinta seção trata da influência do cooperativismo na percepção dos agricultores familiares. Para evitar constrangimentos e identificação dos entrevistados, nos resultados dessa pesquisa, os agricultores são nominados de E1 à E16.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES QUE COMERCIALIZAM SEUS PRODUTOS ATRAVÉS DO PNAE E/OU PAA

Para realizar a caracterização dos agricultores familiares, procedeu-se, inicialmente, a organização dos dados referente ao gênero e se pode perceber que a mulher ainda ocupa pouco espaço na agricultura familiar, sendo que o homem representa a grande maioria dos gestores das propriedades rurais. Percebe-se, conforme Gráfico 1, que apresenta o gênero dos entrevistados.

Gráfico 1 - Gênero dos entrevistados.

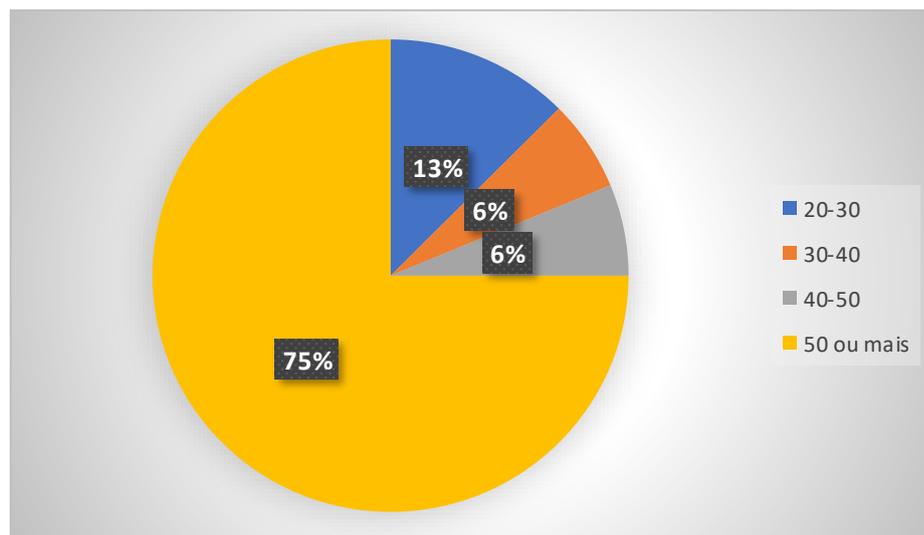


Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Dessa forma, de acordo com os resultados do Censo Agropecuário 2017, IBGE (2021), observou-se que 81% dos agricultores familiares são do sexo masculino e 19% do sexo feminino, conforme entrevista realizada.

Quanto à idade dos entrevistados, de acordo com o Gráfico 2, foi possível verificar que a grande maioria, 75% dos entrevistados, possuem mais de 50 anos. Isso demonstra, conforme Schneider (1999), que a agricultura familiar, com o tempo, poderá perder grande parte da mão-de-obra, além do seu potencial produtivo.

Gráfico 2- Idade dos entrevistados.

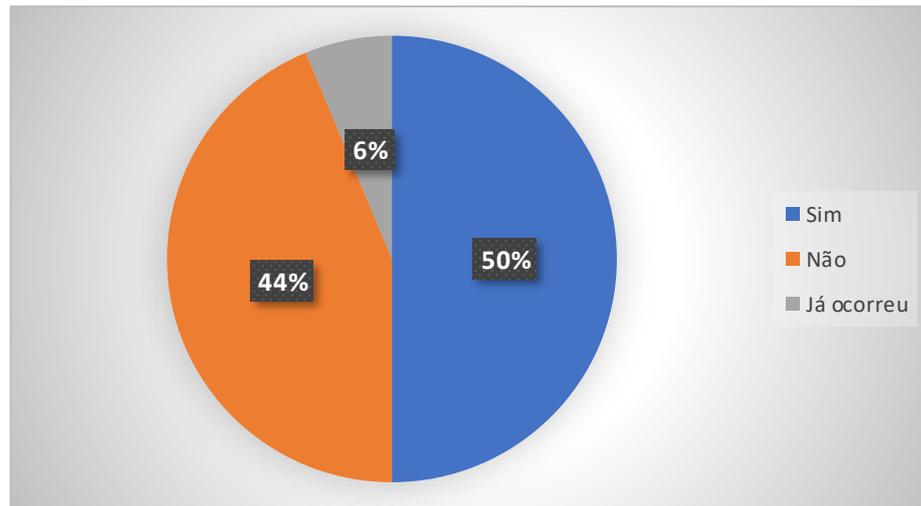


Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Percebe-se, ainda conforme o Gráfico 2, que a idade dos entrevistados pode trazer para as propriedades a tendência de diminuição do ritmo ou cessamento da produção, por falta de mão-de-obra. Nesse sentido, a sucessão familiar é um fator de grande importância na tomada de decisão por parte dos agricultores familiares. Se há perspectivas de sucessão, pode haver maior probabilidade de ocorrer investimentos, aquisição de equipamentos e melhorias na propriedade.

De acordo com o Gráfico 3, confirma-se a afirmação de Moraes e Schwab (2019), de que a sucessão familiar é uma das atuais dificuldades dos agricultores familiares. Verificou-se que em nove propriedades há perspectiva de sucessão familiar, e em sete não há essa perspectiva. Esse número preocupa também os próprios agricultores familiares: “É muito serviço para nós fazer isso, com os filhos estudando, não podemos abraçar tudo” (E9).

Gráfico 3 – Perspectiva de sucessão familiar na propriedade dos entrevistados.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Conforme esse resultado, surge a questão de qual será o futuro das propriedades em que não há perspectivas de sucessão familiar. Nessas propriedades, é muito pequena a perspectiva da continuidade da produção a longo prazo. Isso demonstra a necessidade de mais incentivo para conseguir integrar os jovens na gestão dessas propriedades.

Tabela 3 – Escolaridade e tipo de propriedade dos entrevistados.

Pergunta	Resposta	Nº	Porcentagem
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	8	50%
	Ensino fundamental completo	2	12%
	Ensino médio completo	3	19%
	Ensino superior incompleto	1	6%
	Ensino superior completo	2	13%
Tipo de propriedade	Própria	14	87%
	Arrendada	2	13%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Diante destes aspectos apresentados a respeito do perfil dos agricultores familiares, além dos apresentados na Tabela 3, a seguir será relatado o início da implantação dos programas e os benefícios que eles trouxeram aos agricultores.

4.2 IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS PAA E PNAE NA COOPERATIVA E BENEFÍCIOS PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES

Durante a coleta de dados, buscando compreender e analisar a visão dos agricultores em relação ao significado dos programas PAA e PNAE, verificou-se que alguns entrevistados desconheciam o significado desses programas. Então, para esses casos, passou-se a detalhar cada programa e o seu funcionamento através da cooperativa.

Quanto a implantação dos programas de comercialização de produtos da agricultura familiar através da cooperativa, de acordo com o relato dos entrevistados, foi por meio da cooperativa, que procurou os agricultores e fez a proposta de participar e iniciar a entrega de seus produtos.

“Sou sócio fundador. Aquela vez inventaram de criar a cooperativa, vieram atrás se eu não queria se associar e tudo mais. É uma porta, tanta coisinha que ficava sobrando, ali eu consigo vender cada semana. Às vezes tem umas temporadas que não tenho nada para entregar, mas quando tenho, sempre levo” (E11).

Dessa maneira, iniciou-se a implantação dos programas, com a proposta e o apoio da cooperativa, juntamente com os agricultores familiares, garantindo a estes o aumento da renda e a garantia de entrega de seus produtos. Além disso, a abertura de mercado para os alimentos produzidos e a valorização da produção desses alimentos, e a geração de emprego e renda, conforme aponta Fernandes e Kessler (2019).

Quadro 2 - Alimentos que são produzidos e comercializados pelos entrevistados.

Entrevistado	Alimentos Produzidos e comercializados pelos agricultores familiares
Entrevistado 1	Tomate; pimentão; repolho; brócolis; couve-flor; couve-folha e alface.
Entrevistado 2	Repolho; beterraba; cenoura; alface; brócolis e couve-flor.
Entrevistado 3	Sucos; polpas; compotas e chimia.
Entrevistado 4	Repolho; couve-flor e brócolis.
Entrevistado 5	Melado batido e nozes.
Entrevistado 6	Ovos.
Entrevistado 7	Leite; iogurte e ovos.
Entrevistado 8	Abóbora; moranga; amendoim; verduras; frutas; mandioca; pepino; milho-verde e alho.
Entrevistado 9	Laranja; uva e melancia.

Entrevistado 10	Alface; couve; repolho; couve-folha; couve-flor; tempero; beterraba; pepino; rabanete; banana e frutas.
Entrevistado 11	Repolho; tomate; pepino; frutas; laranja; bergamota e feijão.
Entrevistado 12	Laranja e alho.
Entrevistado 13	Mandioca; chuchu e cebola.
Entrevistado 14	Bolacha; pão; tempero; rabanete; repolho; abóbora; moranga; mandioca e amendoim.
Entrevistado 15	Linguiça campeira; salsichão; banha; torresmo e morcilha.
Entrevistado 16	Açúcar mascavo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Verificou-se, de acordo com o Quadro 2, que há uma grande variedade de produtos comercializados através da cooperativa, com predominância de legumes, verduras e frutas. Em seguida, estão os ovos, pães, derivados suínos, derivados de cana-de-açúcar, leite, entre outros, em menor quantidade de propriedades.

Estes dados estão de acordo com os apontados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019), que indica a agricultura familiar como a principal responsável pela produção dos alimentos consumidos pela população brasileira, sendo a diversidade produtiva uma de suas características principais.

Quadro 3- Outros produtos que são produzidos nas propriedades e não são comercializados na cooperativa.

Entrevistado	Outros produtos produzidos na propriedade
E1	Tempero verde; rúcula; rabanete e abobrinha.
E2	Batata doce; mandioca e moranga.
E3	Todos os produtos são entregues.
E4	Tomate; pepino; abobrinha e morangos.
E5	Milho; soja; feijão; mandioca; melancia; batata doce; melão; frutíferas e verduras.
E6	Soja; milho; trigo; canola.
E7	Todos os produtos são entregues.
E8	Alface; rúcula; tempero e amendoim.
E9	Leite; alfafa; milho; batata doce; feijão e banha.
E10	Mel de jataí e chimia.
E11	Alfafa; soja e milho.
E12	Milho; soja; carne e batata.
E13	Leite; milho; alfafa; alho; ovos; batata e feijão.

E14	Milho; soja; alfafa; leite e carne de porco.
E15	Criação de ovinos.
E16	Melado.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

De acordo com o Quadro 3, destaca-se que há um vasto potencial produtivo nas propriedades dos entrevistados, pois há uma grande variedade de alimentos sendo produzidos nessas propriedades. Destaca-se que em apenas duas propriedades, todos os produtos produzidos são comercializados através da cooperativa.

Além disso, percebe-se que em sete propriedades há a produção de outros produtos, como produção leiteira, milho, trigo, soja, canola e alfafa, que não se enquadram na demanda existente da COOPERG.

Os entrevistados também foram questionados se procuraram produzir outros produtos para atender a demanda da cooperativa. Dez responderam que não procuraram produzir outros produtos para atender a demanda da cooperativa, alguns por já produzirem uma grande variedade de produtos, outros alegaram não possuir mão-de-obra suficiente para a produção de outros produtos e que poderia afetar a qualidade dos produtos atualmente comercializados.

“Não, fico sempre nos mesmos. Não procurei produzir outros produtos. Acho que tem que produzir aquilo que o tempo permite, algo que a gente pode alcançar, a gente sabe o que a gente da cidade quer, procura produzir aquilo que tem mais saída, mais certo, que a gente já tem experiência” (E8).

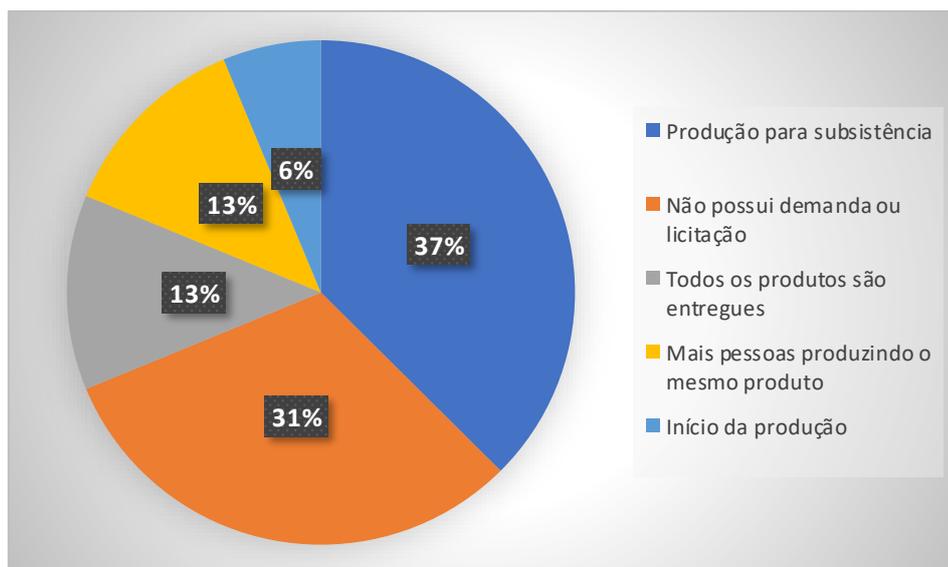
Apenas seis procuraram produzir outros produtos na propriedade, conforme os relatos “Sim, às vezes outros do grupo familiar não conseguiram atender a demanda, mas foram poucos produtos” (E4). “Alguns, depende do que pedem, a gente tenta encaixar, mas tem o problema da mão-de-obra” (E11). “Já tentei, pensei em plantar milho verde, mas não consegui as sementes que queria, tentei plantar mamão, mas não consegui as mudas para produzir, pêssego também tentei, mas é só uma época e amadurece tudo, não tem como” (E12).

“Fico meio atento, mas é difícil ter um programa com planejamento. Procuro produzir aquilo que de fato tem saída, que se pede, mas é difícil ter um planejamento, pois os contratos são de seis meses, sendo difícil nesse sentido, se programar e daqui a pouco o programa termina, daí tem que começar de novo, se planejar de novo” (E2).

De acordo com o Gráfico 4, identificou-se os principais motivos da não comercialização de alguns dos produtos produzidos na propriedade, entre os principais a produção para subsistência, a falta de demanda ou licitação na cooperativa ou a produção de um mesmo produto por mais de um associado.

“Falta mercado, pelo município ser pequeno falta, não tem mercado para tudo, mesmo não tendo produtores que produzem regularmente. Tem bastante produtores que produzem esporadicamente, o que acaba dificultando, não tem mercado para todo mundo, só levam de vez em quando” (E2).

Gráfico 4 – Motivação da não comercialização dos outros produtos através da cooperativa.



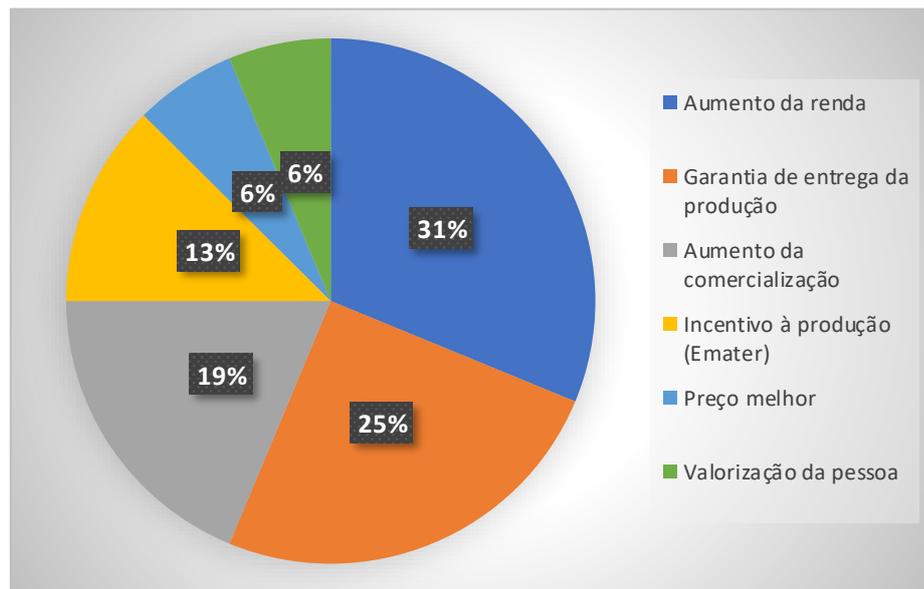
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Além disso, os produtores relataram que “Entrego quando sobra, ou para consumo, e o leite vai para a firma especializada” (E9). “A COOPERG sabe o que vai para as escolas, tem alguns produtos que não são usados no colégio, não faz parte da merenda escolar” (E8). “Porque tem mais pessoas produzindo no grupo familiar esses produtos. A COOPERG fez pesquisa no grupo de quem tinha produtos em maior volume para entregar” (E4).

De acordo com os dados coletados, em todas as propriedades, foi a cooperativa que entrou em contato com os agricultores familiares, para que estes iniciassem a comercialização de seus produtos através da cooperativa. Isso vai de acordo com o que foi apresentado por Gawlak e Turra (2007), em que o cooperativismo se baseia em valores como a cooperação, ajuda mútua e distribuição dos resultados entre seus associados.

Quanto às motivações dos entrevistados entregarem seus produtos através da cooperativa, destacam-se o aumento da renda, a garantia de entrega da produção e o aumento da comercialização dos produtos, de acordo com o Gráfico 5. Além disso, também foram citadas a valorização da pessoa, preço melhor e incentivo à produção através da EMATER.

Gráfico 5- Motivações para a adesão aos programas de entrega de produtos através da cooperativa.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Além disso, um agricultor ressalta que:

“Acho a cooperativa melhor, porque valoriza mais a pessoa, pode produzir pouco ou bastante, a cooperativa reparte. Se tem bastante recebe, se tem pouco, também recebe. Nos mercados, se não tem o ano inteiro, já não querem receber. Na cooperativa recebem quando tem e quando não tem não precisa se preocupar em produzir” (E12).

Percebeu-se, pelas falas dos entrevistados, que foram várias as motivações que levaram a se associar com a cooperativa para comercializar seus produtos através dos programas. O sistema cooperativista traz benefícios para ambos os lados, conseguindo, dessa maneira, manter crescente o número de sócios na cooperativa.

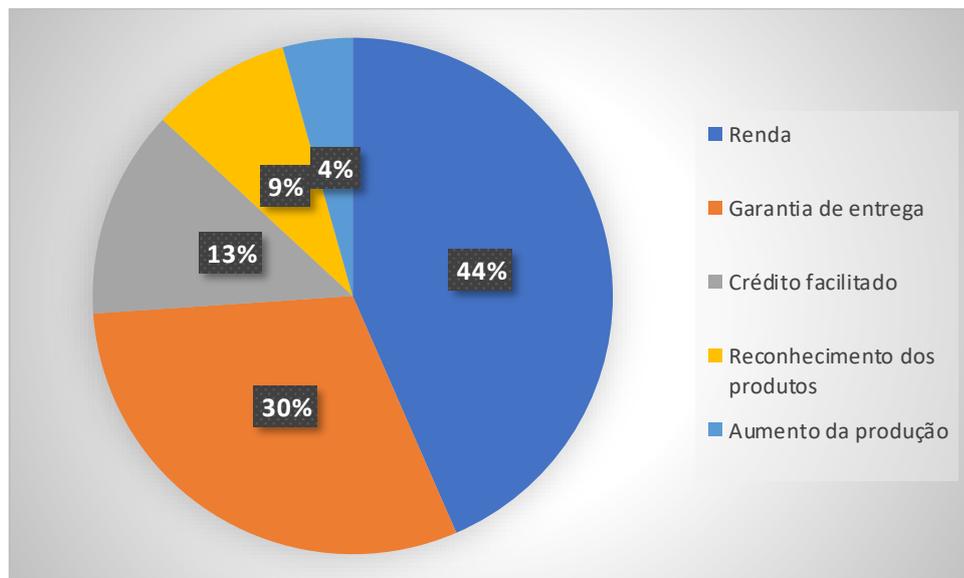
De acordo com as respostas, foi possível identificar as principais motivações que levaram a comercializar seus produtos através do PAA e o PNAE. Todos os entrevistados relataram que foi a COOPERG quem entrou em contato com os produtores para que entregassem seus produtos por meio da cooperativa: “Foi um

meio a mais de comercializar os produtos, além da venda particular e na merenda escolar. A cooperativa veio atrás, eles precisavam e eu já tinha, aí aumentou a renda” (E7). “Fui convidada a me associar na cooperativa, daí comecei e achei ótimo, e o incentivo é cada vez maior para produção, sabe, uma renda e gosto do que eu faço” (E8).

Complementando, um entrevistado acrescenta que:

“Na verdade, ali na COOPERG, eles que vieram atrás, nós na verdade, não tinha aberto mercado, a gente não tinha dado vencimento, daí tinha um cara de Porto Xavier, que entrou em contato, que estavam procurando açúcar mascavo, e começamos a negociar” (E16).

Gráfico 6- Benefícios que os programas trouxeram para os entrevistados.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Os principais benefícios percebidos pelos entrevistados, de acordo com o Gráfico 6, foram o aumento da renda, a garantia de entrega de seus produtos, além do crédito facilitado, reconhecimento dos produtos e o aumento da produção. De acordo com os agricultores familiares, “Renda, em primeiro lugar, que melhorou, aproveita mais os produtos, que nada vai fora, tudo é usado, tudo é consumido, como a fruta, quanta fruta ia fora. Assim, mais é a renda e melhorias para a família” (E8). “Uma renda que dá para fazer o rancho. A gente vende ali e já pega o rancho, é bom, que daí já tem o comprador, a gente ir de casa em casa às vezes não dá, é mais complicado, precisa de tempo” (E14).

“São muitos os benefícios, porque muita gente tinha produto para vender, mas não ia ter como ir de casa em casa. Então, o benefício da cooperativa é enorme, é sempre um adicional a mais, um ganho a mais,

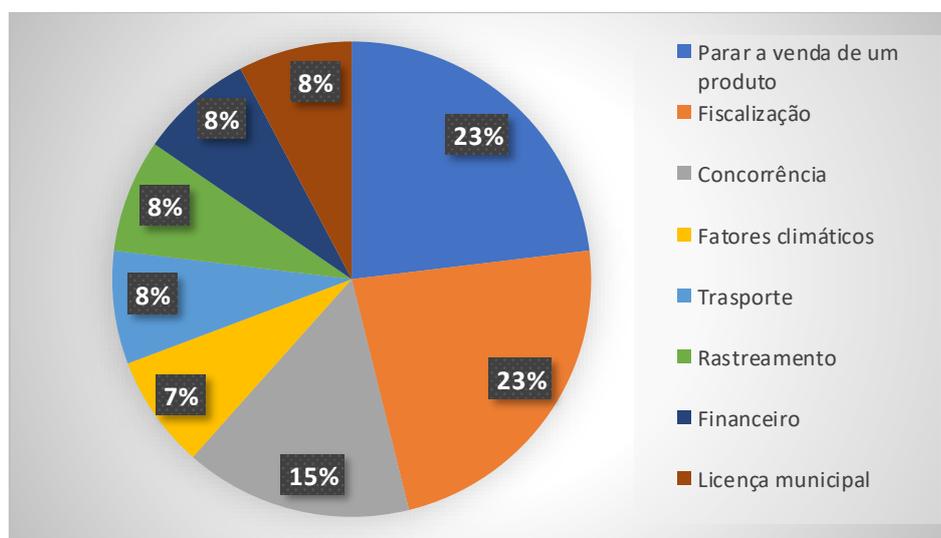
quando vê ia se perder, mas com a cooperativa, consegue vender” (E12).

Portanto, a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar através dos programas PNAE e PAA, por meio da cooperativa trouxeram vários benefícios aos produtores, de acordo com Gazolla e Schneider (2004), esses programas propiciam um processo de geração de renda, garantindo um canal alternativo de inserção no mercado, sem ser a produção de grãos e proporcionando uma valorização da produção de alimentos.

4.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PRODUTORES PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ATRAVÉS DA COOPERATIVA

Referente às dificuldades encontradas pelos entrevistados, dez relataram não ter tido grandes dificuldades para comercializar seus produtos através da cooperativa. Apontaram alguns fatores como a implantação da rastreabilidade dos produtos, fatores climáticos, mas como dificuldades que fazem parte do sistema produtivo.

Gráfico 7 - Dificuldades encontradas para aderir aos programas de comercialização dos produtos.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Em seis propriedades, os agricultores familiares encontraram dificuldades para aderir aos programas de comercialização de seus produtos. De acordo com o Gráfico 7, as principais dificuldades encontradas foram com a fiscalização, em que ocorreu

casos da interrupção da produção e entrega para a cooperativa, por não atender às normativas. “O que atingiu foi que eu produzia geleia, queijos, e agora não posso mais entregar na COOPERG. Isso dificultou, afetou bastante” (E8).

“Eu fazia conserva, mas tive que parar, pois tinha que ter uma agroindústria. Muita burocracia, e essas agroindústrias funcionam, mas cada ano vem fiscalizar, uma coisa ou outra vão achar, tem que mudar isso ou aquilo, tem que pagar a visita, transporte” (E11).

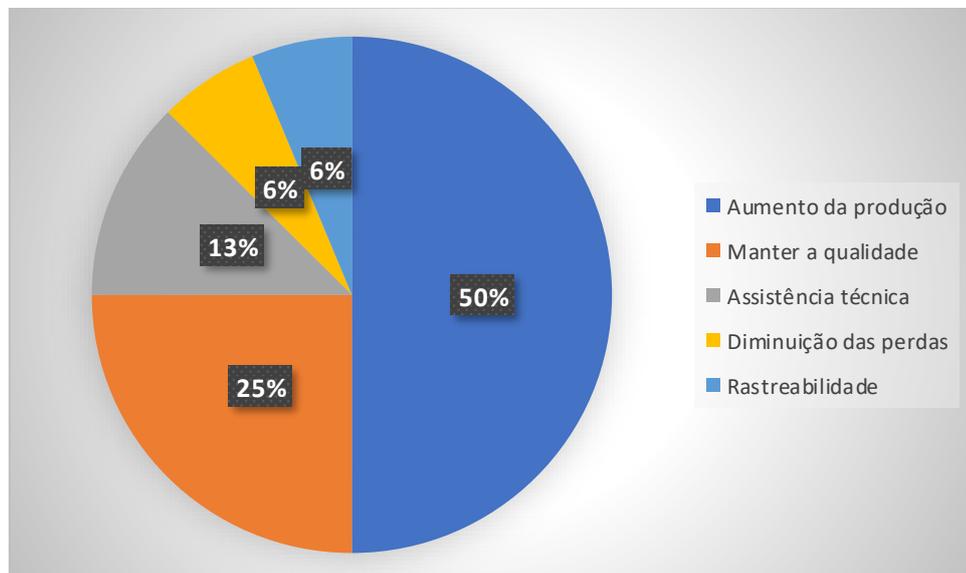
Referente a fiscalização, os resultados apresentados conferem com os de Anjos et al (2020) que afirma que a agricultura familiar enfrenta dificuldades como falta de certificação e normatização de seus produtos, que levam os agricultores a parar com a produção de alguns produtos.

Além dessas dificuldades, foram destacadas dificuldades relacionadas ao rastreamento, ao financeiro, fatores climáticos, licença municipal, transporte e a produção de um mesmo produto por outros agricultores como destacou um produtor:

“O maior problema foi entrar em acordo. Uns quantos queriam produzir a mesma coisa, daí teve que entrar em acordo de um produzir uma coisa e outro outra, pra todos não produzir as mesmas coisas. Foi uma dificuldade, hoje já não é mais tanto, mas no começo era bastante” (E12).

As principais diferenças no modo de produção dos entrevistados, de acordo com o Gráfico 8, foram o aumento da produção, a preocupação em manter a qualidade dos produtos e o recebimento de assistência técnica na propriedade.

Gráfico 8 - Diferenças no modo de produção dos entrevistados.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

De acordo com as respostas dos entrevistados, apresentadas no Gráfico 8, as principais diferenças nas propriedades foram o aumento da produção e a preocupação em manter um padrão de qualidade de seus produtos. Segundo os produtores “A gente capricha mais na qualidade né, se vai entregar uma mandioca fina e o outro vai leva uma melhor, é óbvio que vão pegar do outro, o preço é o mesmo, vão onde é mais bonito né” (E14). “Sim, houve mudanças, eu produzia pouco, depois a dificuldade era manter a produção em escala maior e com qualidade” (E4).

Além disso, também foi relatado como mudança a rastreabilidade, o recebimento de assistência técnica e a diminuição de perdas dos produtos na propriedade.

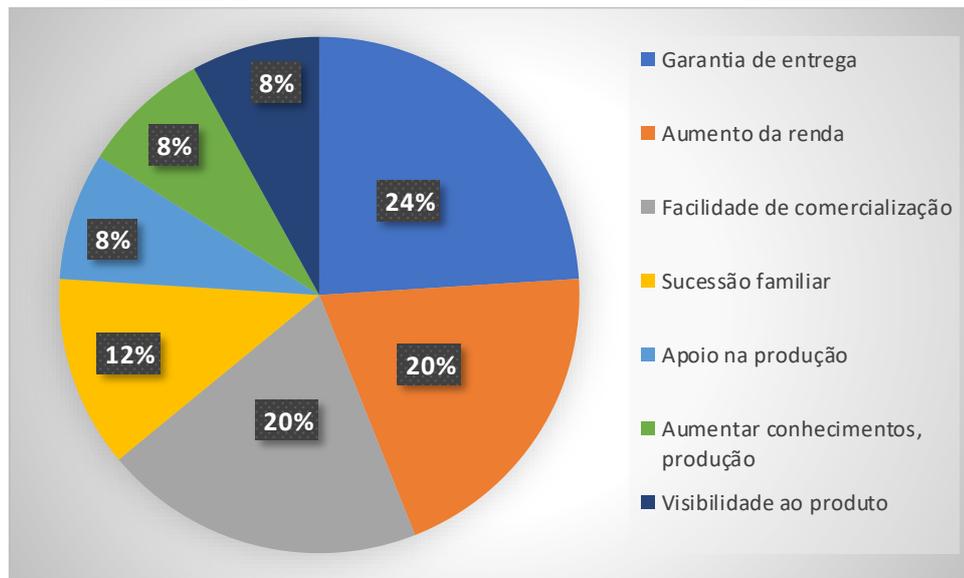
“Houve bastante mudanças, me arrependi de anos antes não ter começado a fazer parte. Agora tem a visita do SENAR, esse é o incentivo maior. É uma experiência maior que a gente tem, de agrônomo, também recebi a visita, daí é muito bom, recebo da EMATER também, então nessa parte acho ótimo” (E8).

De acordo com os resultados apresentados, percebeu-se que em boa parte das propriedades não houve muitas dificuldades ou mudanças. Porém, nas propriedades em que houve dificuldades e mudanças, destaca-se a fiscalização e a concorrência. Quanto às mudanças, as principais foram o aumento da produção e a preocupação com a qualidade dos produtos comercializados.

4.4 OPORTUNIDADES EXISTENTES PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ATRAVÉS DA COOPERATIVA

Foram várias as oportunidades, que segundo os entrevistados, a comercialização de seus produtos através da cooperativa trouxe para suas propriedades. Conforme apresentado no Gráfico 9, as principais oportunidades apontadas foram o aumento da renda, a garantia de entrega, a facilidade de comercialização, a sucessão familiar. Conforme relatado pelos agricultores familiares: “Sim, com isso de fevereiro a novembro, tem uma venda garantida de tanto por mês. Tu já sabe, já tem colocado, então é uma renda extra que entra pra aumentar o capital” (E7). “São muitas, por que até se a gente produzir banha, frutas, eles vendem. Então a COOPERG é uma cooperativa muito boa, melhor que a daqui que não está voltada para as pequenas coisas da agricultura familiar” (E16).

Gráfico 9 - Oportunidades que os programas trouxeram para a agricultura familiar.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Além dessas oportunidades, foram destacadas também, de acordo com o Gráfico 9, o apoio na produção, o aumento de conhecimentos e da produção, e por fim, o aumento da visibilidade dos produtos.

“Oportunidade tem, quem quiser trabalhar, é só trabalhar e produzir, porque comércio tem. O problema é que tem gente que não quer trabalhar, pois não sabe o que produzir. Antes de produzir, vai e dá uma sondada em tal produto, se vai ter boa aceitação, se compensa, pra depois se atracar. Não adianta investir se não sabe se vai ter como vender, produzir, comercializar. Através da cooperativa a gente cria um nome, se não tem produto na cooperativa, o pessoal vai na casa, a gente vai crescendo” (E11).

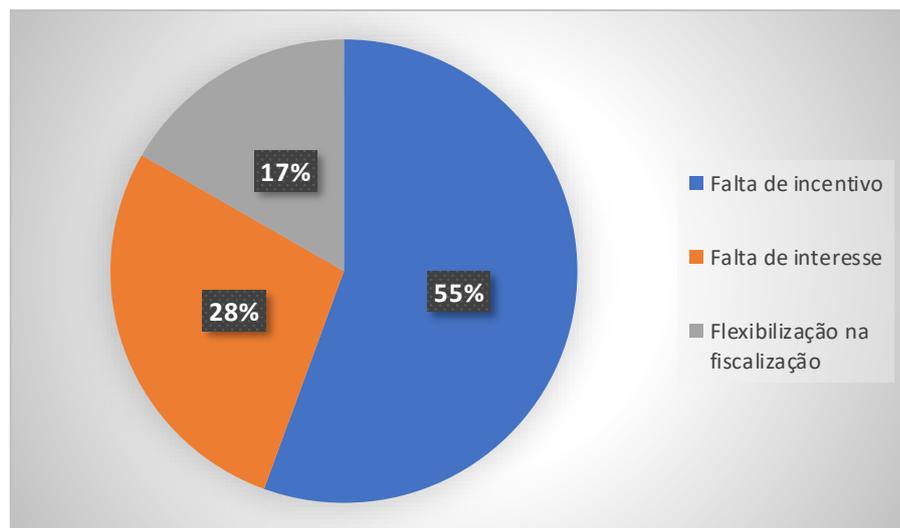
Segundo os agricultores entrevistados, são várias as oportunidades que os programas trouxeram para eles, permitindo assim que consigam permanecer no campo, permitindo expandir e variar a produção, melhorar a qualidade, gerando renda para a família, aumentando as possibilidades de sucessão familiar.

Quando questionados referente de que maneira os programas poderiam contemplar mais produtores, estes destacaram três pontos, conforme Gráfico 10, que são a falta de incentivo, a falta de interesse e a possibilidade de flexibilização da fiscalização. Como foi relatado pelos agricultores familiares “Sim, depende do agricultor, os programas não podem ir atrás do produtor, o produtor tem que se interessar mais. O programa existe, o programa é bom, quem tem interesse corre

atrás” (E1). “Aumentar a flexibilização de venda de produtos que são de origem animal como peixe, mel, etc.” (E4). “Aderir um suporte de acesso ao CISPOA” (E15).

O CISPOA (atual DIPOA), apontada pelo agricultor trata-se da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal que atua em estabelecimentos de abate de bovinos, bubalinos, ovinos, suínos, javalis, aves, pescado e coelhos. Trabalha também junto a casas do mel, entrepostos de carnes, pescado, laticínios, mel, ovos e na industrialização de seus derivados (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

Gráfico 10 - Como os programas poderiam contemplar mais agricultores familiares.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Nesse sentido, segundo Carvalho et al (2021), a agricultura familiar deve ser valorizada e ter políticas públicas voltadas para a sua ascensão, recebendo incentivos, por ser uma estratégia de desenvolvimento econômico, social, cultural e sustentável.

A respeito da falta de incentivo, um entrevistado relata que:

“Acho que sim, por que está faltando alimento, tinha que ser incentivado mais, por que quanta gente não quer trabalhar mais, coisas pequenas de alimentos, por não ter incentivo. Então o governo tinha que dar mais incentivo pros pequenos que tem agricultura familiar pra ficar na propriedade e produzir mais diversidade, mais alimento, não só milho, leite, soja, pegar para produzir mais coisas” (E9).

Outro entrevistado aponta a CEASA como uma oportunidade de agregar mais produtores, expandir e diversificar a produção. CEASA são as Centrais Estaduais de Abastecimento, que são empresas estatais ou de capital misto (público e privado),

destinadas a aprimorar a comercialização e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros (AGRIC, 2022).

“Se tivesse mais pessoas interessadas, poderia se produzir bastante coisa mais, poderia ter um box lá na CEASA. Seria uma oportunidade, mas falta muita conscientização dos produtores para produzir em quantidade. Teria mais custos, não ia adianta ter pouca coisa, seria uma oportunidade de vender mais, mais incentivo, e o principal, não adianta também se ninguém puxar a frente, podia ser uma coisa boa, mas é complicado” (E12).

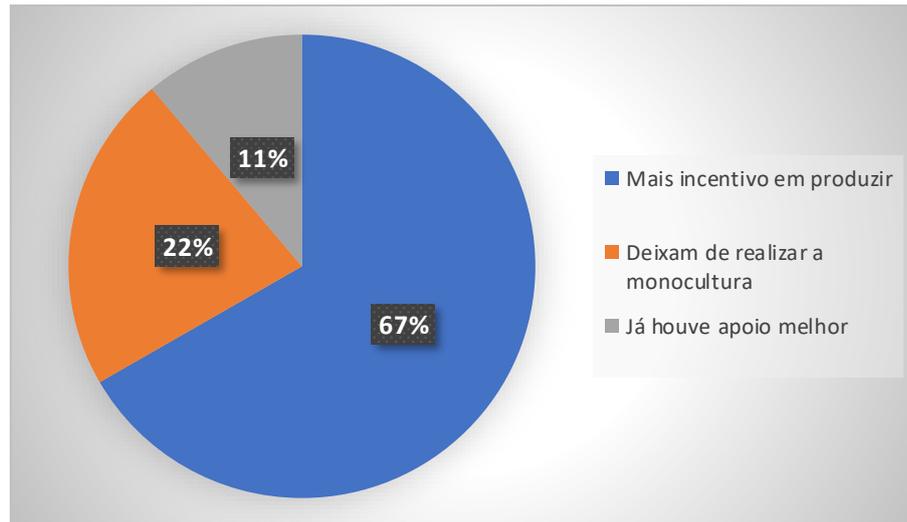
Os entrevistados foram questionados também sobre o fortalecimento individual e em comunidade, após a adesão aos programas, através da cooperativa. A grande maioria, de acordo com o Gráfico 11, relatou que os programas fizeram com que os agricultores familiares tivessem mais incentivo em produzir os produtos, deixando de praticar a monocultura. Porém foi relatado também que já houve apoio melhor por parte das entidades locais. Como é ressaltado pelos agricultores “A cooperativa sempre dá apoio para a gente, e eles fazem o agricultor ficar bem, se vai depender só de soja, daí demora para vim os trocos, ali é mensal, tem uma época que tem um tipo de produto, outro tipo, sempre tem alguma coisa” (E14).

Além disso, outro entrevistado ressalta que:

“Sim, porque as pessoas deixariam de produzir da monocultura como o leite, grãos, tendo uma nova fonte de renda, e tendo isso, o programa favorece de uma forma geral o país todo, fazendo com que o jovem fique na agricultura, e que tenha essa sucessão na agricultura, que é um incentivo a mais” (E2).

Referente a produção, o agricultor deixar de praticar a monocultura dos grãos, como soja, trigo, milho, vai de acordo com a afirmação de Gazolla e Schneider (2004), que os programas garantem aos agricultores familiares uma maneira alternativa de inserção no mercado, sem ser a produção de grãos, proporcionando uma valorização da produção de alimentos.

Gráfico 11 – Os programas fizeram com que o agricultor familiar ficasse mais fortalecido individual e em comunidade.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Segundo os entrevistados, a cooperativa foi a maneira mais facilitada que os agricultores familiares encontraram de terem acesso aos programas no município, de forma mais eficiente e organizada do que se os agricultores optassem pela modalidade de entrega individual.

“Acho que sim, fortalece, incentiva mais. É que daí tem comércio né, a gente consegue vender os produtos daí incentiva, porque senão a gente produz uma coisa aí, se não tem a cooperativa é difícil a gente vender assim, não posso sair de casa em casa vendendo, e assim daí a gente leva lá e a cooperativa vende pra gente” (E9).

Também foram apontados aspectos como o crescente número de associados que a cooperativa possui, como um indicador da importância da cooperativa para os agricultores familiares entrevistados.

“Acredito que sim, se não fosse isso, não teria aumentado tanto o número de sócios, por que nessa cooperativa eles viram um meio de produzir e comercializar os produtos, pois muitos ficam: Vou produzir? Mas para quem? Daí lá tem mercado e posso vender, ajudou bastante” (E11).

Todos os entrevistados afirmaram receber incentivos por parte da cooperativa para a entrega de seus produtos. Além disso, alguns agricultores relataram receber incentivo para a implantação de agroindústrias, como a de derivados de cana-de-açúcar e mandioca.

“A minha opinião é que fazer uma agroindústria tem um investimento muito grande, tem que ter mais pessoas para ajudar a manter e trabalhar naquilo. Acho que o incentivo poderia ser uma associação para produção, por exemplo de conservas. Se não tem gente, não vale a pena investir, por que do que vai investir tem que tirar os gastos. Acho que está ótimo como nós temos” (E8).

Outro entrevistado complementou, relatando que:

“Sim, quantas vezes eles sabem que a gente tem um produto, pedem se a gente não consegue produzir, eles dão oportunidade, não são fechados, o mercado é aberto a quem quiser produzir, onde eles conseguirem encaixar vão ajeitar, é muito bom. De todas as cooperativas que tem por aí, acho que essa é uma das mais fortes, pois entrego em vários locais” (E11).

Apesar dos incentivos e apoio da cooperativa, alguns entrevistados relataram não receber assistência técnica da EMATER. Isso prejudica algumas propriedades, que poderiam estar desenvolvendo práticas mais eficazes de produção, como destaca um entrevistado:

“Eu tenho incentivo, esse ano vendi bastante para a cooperativa. Tem incentivo, mas falta um pouco de assistência técnica da EMATER. Quando vê não conseguem visitar a gente, mas já faz meio ano que prometeram vir olhar o pomar, mas nada ainda, poderiam dar uma mão, poderia ter várias coisas que a gente poderia fazer e melhorar. A gente gostaria de melhorar e não tem assistência técnica, e vai que passa um veneno que não poderia, que deixa resíduos, e a gente vende o veneno junto. Daí a gente deixa de produzir mais, de ter um produto mais bonito na prateleira, por que não fiz isso ou aquilo com medo de passar veneno e prejudicar alguém” (E12).

Ressalta-se que uma das funções da EMATER é a assistência técnica e a extensão rural nas propriedades rurais, buscando melhorar o desempenho dessas (EMATER, 2022). A assistência técnica é de grande importância para a agricultura familiar, pois mantém os produtores atualizados sobre métodos de produção mais eficientes, procurando aumentar a produção e a qualidade dos produtos nas propriedades. Percebeu-se que em algumas propriedades há assistência, porém há algumas que não são contempladas com esse serviço. É necessário, então, que se tenha mais atenção referente a esse aspecto, procurando garantir a todas as propriedades uma assistência técnica de qualidade.

4.5 PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES A RESPEITO DO PNAE E DA PARTICIPAÇÃO DA COOPERATIVA

Os agricultores familiares foram questionados sobre a importância da cooperativa para a inserção e manutenção deles na comercialização de seus produtos através dos programas PNAE e PAA. Foi relatado que:

“Teve importância, foi boa a iniciativa, a nossa cooperativa já avançou bastante, se fortaleceu, fez um bom patrimônio até hoje, já comprou terreno, cada ano dá um pouco de retorno, se fosse vender em qualquer mercado, posso até tirar uns centavos, mas não dá tanto retorno no fim do ano” (E12).

Além disso, foi destacado que:

“Agora os produtores estão sendo mais valorizados, houve uma época em que não participavam do lucro, agora estão recebendo, isso é um incentivo, tem as sobras fim do ano, para os associados que entregam produtos. E quem entrega produtos, recebe cada mês, primeiro era duas vezes, agora é uma vez, ficou bem melhor, tem desconto para associados” (E10).

Percebeu-se que a cooperativa teve grande importância nesse sentido, pois todos os agricultores familiares entrevistados relataram receber apoio para a manutenção da entrega de seus produtos, conforme relato de outro agricultor “Sim, teve, por que hoje com a cooperativa, caminhamos como um todo, todos juntos, mais fácil caminhar junto do que separado, sendo mais fácil conseguir se inserir nesses programas, ficando mais por dentro” (E2).

Os agricultores familiares entrevistados foram indagados sobre a cooperativa, se ela buscou fazer com que os produtos da agricultura familiar fossem comercializados através dos programas. Todos os agricultores relataram que sim, a cooperativa procura fazer com que os produtos sejam entregues, segundo relatos dos entrevistados “Sim, pois é algo viável para a cooperativa. A cooperativa ganha mais com isso também, pois é uma venda que tem fora da parte com o consumidor, garantida e também recebem mais por isso” (E1). “Sempre procura, é ótimo, muito bom, essa parte, não posso me queixar. Alguns produtos pegam uma semana de um produtor e outra de outro, e assim vão fazendo” (E8).

É destacado também pelos entrevistados a maneira como a cooperativa entra em contato com os agricultores “Sim, eles sempre vão pedindo, se tal dia vai ter pra entregar, fazem o pedido sempre, se vai ser para escola ou a cooperativa” (E9). “Sim, estão sempre querendo mais, mandando mensagem: O que tem pra vender? Se tem algo que a gente não sabe, comuniquem, pra gente poder encaixar” (E11).

Por fim, os agricultores familiares entrevistados foram questionados a respeito da sua avaliação sobre a participação e contribuições da cooperativa na comercialização de seus produtos através dos programas. “A cooperativa tem o nosso maior apoio pois ela que está na frente de conseguir que nós agricultores entregamos

nossos produtos” (E3). “Bem, eles vendem e a gente leva, bom pros dois lados, os dois têm ganhos, tem retorno, tem descontos para sócios, tudo ajuda” (E13).

“Acho muito boa, porque é um trabalho muito sério que eles têm aí, e a tendência é só aumentar, hoje a gente vê outras cooperativas que começaram bem pequenas e se tornaram grandes potências. Eles estão nesse caminho, pessoas bem sérias que estão lá trabalhando, respeitam os fornecedores, produtores consumidores, que vão lá, acho que é um trabalho bom que estão fazendo” (E16).

Além disso, os entrevistados destacaram a visibilidade aos produtos e para a agricultura familiar, que a cooperativa proporcionou a eles “Boa, sempre dando visibilidade ao produto e incentivando a produção” (E5).

“Bom, foi um negócio muito bom, faz muitos anos já e continua em alta, melhorando. Se todos trouxessem um produto de qualidade, pensar antes como consumidor: Como vou colocar um produto para vender que eu não compraria? Pensar se eu fosse no mercado eu compraria? Tem que ser de qualidade. Mas meu nome vai longe, um comprou, conversou com outro e assim vai divulgando” (E11).

Complementando, um entrevistado relata: “Boa, não dá pra se queixar, se tivesse condições de produzir mais, eles iam comprar tudo, mas a gente não consegue fazer tudo. Se nós fôssemos mais novos, dava pra ajeitar, mas já estamos passando da idade, mas vamos levando” (E9).

Dessa maneira, é possível afirmar que a cooperativa favorece os agricultores familiares, sendo de grande importância para o desenvolvimento local. Percebeu-se também que as entidades municipais poderiam incentivar mais a agricultura familiar, procurando manter os jovens no campo. Além disso, destaca-se que os programas PAA e PNAE trazem vários benefícios, proporcionando alimentação de qualidade e aumento da produção nas propriedades da região.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa, foi analisada a influência do cooperativismo na potencialização do desenvolvimento da agricultura familiar na percepção dos agricultores associados a uma cooperativa na região Missioneira.

Percebeu-se que a grande maioria dos agricultores familiares possuem mais de 50 anos, o que pode significar a perda de mão-de-obra, com o tempo. Além disso, em quase metade das propriedades não há perspectiva de sucessão familiar, um fator que merece atenção por parte das entidades Municipais, pois está ocorrendo um esvaziamento no meio rural. É necessário a implantação de políticas públicas e incentivos, além dos existentes, que permitam aos produtores aumentarem sua capacidade produtiva, assim como a geração de renda, de modo que os jovens permaneçam no campo, fortalecendo a agricultura familiar da região.

Desta forma, os objetivos específicos da pesquisa foram alcançados, sendo o primeiro analisar os benefícios que os programas trazem para a agricultura familiar. Percebeu-se que foram vários os benefícios que a comercialização de seus produtos trouxe para os produtores, como o aumento da produção, da renda, a garantia da entrega de seus produtos e o aumento das vendas.

O segundo objetivo específico foi a descrição das dificuldades encontradas pelos produtores, sendo então que a maioria não teve grandes dificuldades para se inserir e manter entregando seus produtos para os programas. Os demais, relataram terem dificuldades principalmente pela fiscalização, deixando, inclusive, de produzir alguns produtos e a concorrência com outros produtores que produzem o mesmo produto.

Quanto às oportunidades que os programas proporcionam aos agricultores familiares, há várias, como a garantia de entrega dos produtos, facilidade de comercialização e o aumento da perspectiva de sucessão familiar. Os programas poderiam contemplar mais produtores se houvesse mais interesse por parte dos agricultores, se tivesse mais incentivo por parte das entidades, tanto municipal, quanto estadual e federal. Além disso, haveria a possibilidade de mais agricultores comercializarem seus produtos se fosse flexibilizada a fiscalização dos produtos, como os de origem animal, conservas, entre outros.

Por fim, o terceiro objetivo específico foi em relação à percepção dos agricultores entrevistados sobre as ações e apoio da cooperativa no desenvolvimento

da agricultura familiar, todos os entrevistados afirmaram que a cooperativa fez com que fossem mais fortalecidos, sendo a maneira mais facilitada dos agricultores acessarem os programas. Além disso, a cooperativa procura fazer com que seus associados entreguem seus produtos, tendo grande contribuição na permanência da comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, aumentando a visibilidade dos agricultores e seus produtos.

Dessa forma, a importância do estudo se deu ao apresentar a percepção dos agricultores familiares sobre a influência do cooperativismo no desenvolvimento de suas propriedades, além de adquirir uma maior compreensão sobre o assunto. É de grande importância também a criação e expansão de incentivos para a agricultura familiar na região.

Como sugestão de estudos futuros, a continuidade de estudos nesta temática, além de estudos sobre a fiscalização na agricultura familiar, buscando se aprofundar no assunto, de maneira a descobrir quais incentivos seriam interessantes aplicar na agricultura familiar, pois ela é muito presente localmente, sendo um importante setor para a economia da região.

REFERÊNCIAS

- AGRIC. **O que é CEASA?** 2022. Disponível em: https://www.agric.com.br/comercializacao/o_que_e_ceasa.html. Acesso em: 10 fev. 2022.
- ANJOS, Eliene Gomes dos *et al.* **Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia.** 2020. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/41123/pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.
- BALEM, Tatiana Aparecida. **Associativismo e Cooperativismo.** 2016. Colégio Politécnico UFSM. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/342/2020/04/ASSOCIATIVISMO-E-COOPERATIVISMO.pdf>. Acesso em: 04 set. 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 1977. Disponível em: <https://ia902902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006:** estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 21 jun. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996:** cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. 1996. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1946-28-junho-1996-435815-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- BRASIL. **Conheça o PNAE.** 2021. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Disponível em: <https://mds.gov.br/compra-da-agricultura-familiar/pnae>. Acesso em: 06 jul. 2021.
- BRASIL. **Define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas:** lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 11 ago. 2021.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural.** 2003. Sociologias. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/yWYK66v4CJXDqsmKtVH5bkD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jul. 2021.
- CARVALHO, Genyvana Criscya Garcia *et al.* **Agricultura familiar e alimentação escolar:** reflexos da pandemia COVID-19. 2021. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13911>. Acesso em: 26 jul. 2021.

CIELLO, Rafael Nilo. **Limites e potencialidades na gestão de uma cooperativa de agricultura familiar: o caso da Cooper Guatambú.** 2019. Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3588/1/CIELLO.pdf>. Acesso em: 07 set. 2021.

CONTAG. **Sobre a agricultura familiar.** 2021. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=263&nw=1>. Acesso em: 02 jul. 2021.

EMATER ASCAR/RS. **Agricultores associados da Cooparte devem fornecer alimentos para a merenda escolar de 10 municípios.** 2020. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/multimidia/noticias/detalhe-noticia.php?id=31500#.YRriQ3ySnIV>. Acesso em: 16 ago. 2021.

FERNANDES, Denise Medianeira Mariotti; KESSLER, Mariele Juliane. **Programa Nacional De Alimentação Escolar – Pnae: contribuições para a agricultura familiar.** 2019. Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/18955>. Acesso em: 07 set. 2021.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados da agricultura familiar.** 2021. Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 21 set. 2021.

GAWLAK, Albino; TURRA, Fabianne Ratzke. **Cooperativismo: Primeiras Lições.** 2007. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/cooperativismo/livros/COOPERATIVISMO%20PRIMEIRAS%20LICOES.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **O Papel da Agricultura Familiar para a Segurança Alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no município de Constantina/RS.** 2004. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/gazolla-marcio-schneider-s-o-papel-da-agricultura-familiar-para-a-seguranca-alimentar-uma-analise-a-partir-do-programa-fome-zero-no-municipio-de-constantina-rs-sociedade-e-desenvolvimento-rural-v-01-p-85-102-2007>. Acesso em: 07 set. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 2008. Disponível em: http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 07 set. 2021.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Agricultura Familiar.** 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Cooperativas**. 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/cooperativas.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos RS**. 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/rs.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 2003. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 10 set. 2021.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de Marketing: Foco na decisão**. 2012. Disponível em: https://kupdf.net/download/malhotra-naresh-pesquisa-de-marketing-foco-na-decis-atilde-o_58fa98bfdc0d60dd04959e7c_pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 2003. Editora Atlas 5ª edição. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 07 set. 2021.

MDA/SAF/CGMA. **Caderno Territorial Missões RS**. 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_060_Miss%C3%83%C2%B5es%20-%20RS.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agricultura Familiar**. 2020. Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 16 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>. Acesso em: 16 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2021. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 16 ago. 2021.

MORAES, Jorge Luiz Amaral; SCHWAB, Patricia Ines. **O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar**. 2019. Estudos do CEPE. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/13679>. Acesso em: 06 jul. 2021.

OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2021**. 2021. Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <https://anuario.coop.br/brasil#cooperativas>. Acesso em: 11 ago. 2021.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira a vertente solidária.** 2004. Disponível em: <https://ia600305.us.archive.org/12/items/OCOOPERATIVISMONOBRASIL/O%20COOPERATIVISMO%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em: 07 set. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **DIPOA:** Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal. 2022. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/divisao-de-inspecao-de-produtos-de-origem-animal-dipoa>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR:** modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. 2019. IPEA. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9319/1/TD_2482.pdf. Acesso em: 21 set. 2021.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** 2003. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkW4wf7z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da. **Agricultura familiar: categoria teórica a e/ou de ação política?.** 2008. Fragmentos da cultura. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/622/491>. Acesso em: 07 set. 2021.

SESCOOP/RS. Sistema Ocergs. **Cooperativas gaúchas faturam R\$ 52,1 bilhões em 2020.** 2021. Disponível em: <https://www.sescoopr.rs.coop.br/noticias/2021/06/30/cooperativas-gauchas-faturam-r-521-bilhoes-em-2020/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SILVA, Vilmar da. **O papel do programa de aquisição de alimentos – PAA - para o fortalecimento da agricultura familiar:** o caso da cooperativa da agricultura familiar integrada COOPAFI - de Capanema, PR. 2013. UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/631/1/PB_PPGDR_M_Silva%2c%20Vilmar%20da_2013.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021.

APÊNDICE A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Para agricultor (a)

**POTENCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DO
COOPERATIVISMO: PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS DE UMA COOPERATIVA
NA REGIÃO MISSIONEIRA**

Prezado participante:

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar da pesquisa “potencialização da agricultura familiar a partir do cooperativismo: percepção dos associados de uma cooperativa na região missioneira”, desenvolvida por Tiago Goetz Pauli, acadêmico do curso de graduação em Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Cerro Largo, sob orientação da Professora Dra. Denise Medianeira Mariotti Fernandes.

O convite para sua participação se deve pelo fato de ser um(a) agricultor(a) familiar, associado a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar de Roque Gonzales - COOPERG, fornecendo alimentos por meio do PAA e/ou PNAE. A participação consiste em responder uma entrevista, com questões voltadas para o tema estudado. A sua participação é importante para o andamento da pesquisa, pois, a partir dos dados fornecidos será possível concluir o estudo sobre a influência do cooperativismo na potencialização do desenvolvimento da agricultura familiar na percepção dos agricultores associados a uma cooperativa na região das missões.

Essa pesquisa trará benefícios para aos agricultores familiares, identificando de que forma o cooperativismo influencia no desenvolvimento da agricultura familiar, através do PAA e PNAE.

Você terá autonomia para participar ou não do estudo, ou desistir da colaboração neste estudo quando desejar, sem necessidade de explicações e sem penalizações. Não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, pois a participação é voluntária. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações divulgadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa. Se sentir constrangido ou

desconfortável para responder a entrevista, poderá optar por respondê-la ou não responder.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações disponibilizadas, pois apenas o pesquisador e sua professora orientadora terão acesso direto aos dados obtidos por meio da entrevista. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou após, poderá solicitar ao pesquisador informações sobre a participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste termo. Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicados em periódicos científicos, mantendo sigilo dos dados pessoais.

A sua participação consistirá em responder a um roteiro de entrevista semiestruturada. A entrevista será aplicada e, posteriormente, transcrita para analisar, em profundidade, o conteúdo das respostas. O tempo de duração da entrevista é de, aproximadamente, uma hora. A entrevista será transcrita pelo pesquisador, ficando em um banco de dados organizado pelo pesquisador, estando disponível para consulta a qualquer tempo.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

() Autorizo a gravação () Não autorizo a gravação

Você não correrá o risco de ser identificado. Os riscos de constrangimento ou desconforto, quando ocorrer, ao responder uma pergunta de cunho pessoal ou relativa ao empreendimento rural, você poderá solicitar ao pesquisador que lhe forneça uma folha de papel para que escreva a sua resposta, sem a presença do pesquisador em ato de entrevista, podendo colocar essa folha de respostas em um envelope e lacrá-lo para posterior averiguação, por parte do pesquisador, ou, ainda, poderá deixar em branco, questões se lhe bem entender, ou ainda, escolher local reservado para responder às questões a fim de minimizar riscos e desconfortos. Esses encaminhamentos que serão realizados para reduzir os efeitos, dos riscos e constrangimentos, consistindo em preservar o diagnóstico da pesquisa e manter a integridade do participante em todas as etapas dessa pesquisa porque não se divulgará o nome do participante.

Para ocorrer uma redução do constrangimento, o respondente, terá, ainda, a opção de, a qualquer tempo, não responder a alguma questão, bem como será proposto que o local seja reservado para responder às questões.

Essa pesquisa trará benefícios para os entrevistados para descobrir oportunidades dos programas aos agricultores familiares, e de que forma podem

contribuir para o aumento da renda e emprego, de forma a ter o seu sustento e permanência no meio rural.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicados em periódicos científicos, mantendo sigilo dos dados pessoais. Além disso, após a conclusão da pesquisa você receberá o retorno a respeito dos resultados encontrados. A devolutiva será dada a você por meio de e-mail ou será devolvida uma cópia impressa através de uma visita que será realizada.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em poder do participante e a outra com o pesquisador. Você não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via.

Desde já agradecemos sua participação!

Cerro Largo, RS, ____ de _____ de 2021.

Prof.^a. Dra. Denise Medianeira Mariotti Fernandes

Telefone: (55) 3359-3950 e-mail: denise.fernandes@uffs.edu.br / endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul / UFFS – Campus Cerro Largo, Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580, São Pedro, Cerro Largo - RS - CEP: 97900-000.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS. Tel e Fax - (49) 49- 2049-3745 / e-mail: cep.uffs@uffs.edu.br
Endereço para correspondência: Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Universidade Federal da Fronteira Sul, Bloco da Biblioteca, Sala 310, 3º andar, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899, Chapecó, Santa Catarina, Brasil.

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista que será aplicada aos agricultores familiares:



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO

Roteiro da entrevista do projeto “POTENCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DO COOPERATIVISMO: PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS DE UMA COOPERATIVA NA REGIÃO MISSIONEIRA

Parte 1:

Identificação do entrevistado:

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade: () 20 – 30 anos () 30 – 40 anos () 40 – 50 anos () 50 – ou mais anos

Escolaridade:

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------------|
| () ensino fundamental incompleto | () ensino fundamental completo |
| () ensino médio incompleto | () ensino médio completo |
| () curso superior incompleto | () curso superior completo |

Tipo de propriedade: () Arrendada () Própria () Outra: Qual?

Há perspectivas de sucessão familiar? () Sim () Não

Parte 2:

1- Quais são os produtos comercializados através do PAA e/ou PNAE?

2- Quais outros produtos são produzidos na propriedade rural?

- 3- Porque não comercializa esses produtos também através do PAA e/ou PNAE?
- 4- O que fez com que aderisse ao PAA e/ou PNAE?
- 5- Quais os benefícios que o PAA e/ou PNAE trouxeram para os agricultores familiares?
- 6- Qual foram as maiores problemas e dificuldades para aderir ao PAA e/ou PNAE?
- 7- Procurou produzir outros produtos para atender a demandas do PNAE e/ou PAA?
- 8- A cooperativa teve importância para a inserção e manutenção do PAA e/ou PNAE? De que forma?
- 9- Houve diferenças nos meios de produção antes e depois da comercialização no PAA e/ou PNAE? Quais as dificuldades enfrentadas?
- 10- Você acredita que o PAA e PNAE fizeram com que o agricultor ficasse mais fortalecido individualmente e em comunidade? Como?
- 11- Na sua opinião, quais as oportunidades que o PNAE e/ou PAA trouxeram para a agricultura familiar?
- 12- Na sua opinião, como o PNAE e/ou PAA poderiam contemplar mais agricultores familiares?
- 13- Você tem incentivo para participar da comercialização de produtos através do PNAE e/ou PAA? De que forma?
- 14- A cooperativa procura fazer com que entregue seus produtos através do PNAE e/ou PAA?
- 15- Como avalia a participação/contribuição da cooperativa na comercialização de produtos através do PNAE e/ou PAA?